

Fórum Mineiro de Comitês lança manifesto

O Fórum Mineiro de Comitês lançou, em 30 de julho de 2020, uma Carta Manifesto contra a proposta de revogação da Deliberação Normativa do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (DN CERH N°06/2002). A proposta foi apresentada pelo diretor de Gestão e Apoio ao Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (DGAS), Thiago Figueiredo Santana, durante a 92ª Reunião da Câmara (CTIL) do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Os membros do Fórum se posicionam contra a revogação da DN N° 06/2002, e o desmonte da atual estrutura do Sistema Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais. A proposta extingue e retira dos comitês a competência nas suas unidades territoriais. O manifesto visa mobilizar os comitês e levar a público às declarações do representante do Igam, que apresentou uma Minuta propondo a criação de 7 Unidades Estratégicas de Gestão do Estado de Minas Gerais (UEGs), em substituição às Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos (UPGRH), estabelecidas pela DN 06, que seria revogada no mesmo ato. O Fórum considera a revogação um equívoco, uma ilegalidade e afronta inaceitável, à história dos 36 comitês mineiros. Confira a íntegra da carta: www.abes-mg.org.br

ANA ganha novo nome e atribuições

Com a publicação do Marco Legal do Saneamento, em 16 de julho, a ANA passou a se chamar Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. Embora a sigla permaneça igual, a agência ganha uma nova atribuição, a regulatória, e passa a editar normas de referência, com diretrizes para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico no Brasil. Sancionado em 15 de julho, pelo presidente Jair Bolsonaro, o novo marco legal do saneamento visa estruturar um ambiente de segurança jurídica, competitividade e sustentabilidade, a fim de atrair novos investimentos para universalizar e qualificar a prestação dos serviços no setor. Com a entrada da ANA no sistema de regulação do saneamento, as diretrizes gerais existentes serão uniformizadas e outras novas serão formuladas para otimizar os esforços dos atores envolvidos e simplificar a gestão do setor como um todo. Mais informações sobre a nova competência da ANA na regulação do saneamento em: www.ana.gov.br/saneamento

Recursos Hídricos: Igam abre chamada para trabalhos técnicos

O Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam) está selecionando notas técnico-científicas, artigos científicos e resenhas críticas de livros na área de gestão de recursos hídricos para compor o segundo número da Revista Mineira de Recursos Hídricos (RMRH), com fechamento previsto para dezembro. Os autores poderão submeter seus trabalhos, até 30 de novembro de 2020. O objetivo da Revista é disseminar pesquisas científicas relevantes e contribuir para o aprimoramento contínuo da execução da Política Estadual de Recursos Hídricos, com bases técnico-científicas, academicamente consolidadas. Serão aceitos trabalhos que discorram sobre temas relativos a recursos hídricos, abrangendo as subáreas de planejamento integrado; instrumentos de gestão; tecnologia e problemas sanitários de irrigação; águas subterrâneas e poços profundos; hidrometeorologia; análises qualitativas e quantitativas; instrumentos econômicos; sistemas de informação; questões sociais relacionadas; regulação do uso; controle de enchentes e de barragens; sedimentologia; gestão pública; usos e reuso da água; aproveitamento hidrelétrico; direito e normas relativas aos recursos hídricos e temas correlatos. Mais informações: www.abes-mg.org.br

CONSULTA PÚBLICA PLANO NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS



Plano Nacional de Resíduos Sólidos recebe contribuições

O Ministério do Meio Ambiente publicou, em 31 de julho, a consulta pública sobre o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Planares). A coleta das sugestões para a finalização do Plano vai até 30 de setembro de 2020. O Planares tem nove capítulos, distribuídos em 186 páginas, que detalham a situação do tratamento dos resíduos sólidos no país. O Plano prevê metas, ações, programas e diretrizes para 20 anos, visando aumentar a coleta seletiva e a reciclagem de materiais, reduzir desperdícios, favorecer o reaproveitamento energético, extinguir lixões, universalizar a deposição ambientalmente adequada de resíduos em aterros sanitários, formalizar e melhorar as condições de trabalho dos catadores. A versão do Planares, em consulta pública, alinha-se com o Programa Nacional Lixão Zero, lançado em abril de 2019, pelo MMA, e com o novo Marco Legal do Saneamento Básico, instituído pela Lei 14.026, sancionada em 15 de julho de 2020. O link para contribuir com o Planares está em: www.abes-mg.org.br